

## A RELEVÂNCIA DURADOURA DE CELSO FURTADO NA COMPREENSÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO BRASIL

Marjorie Bier krinski Corrêa<sup>1</sup>

**RESUMO:** Celso Furtado foi um renomado economista brasileiro que desenvolveu a teoria do subdesenvolvimento e criticou as disfunções da ideologia liberal em situações de subdesenvolvimento em economias primário-exportadoras. Ele argumentou que o subdesenvolvimento é uma estrutura produtiva historicamente determinada pela evolução do capitalismo europeu e que as raízes estruturais do subdesenvolvimento devem ser buscadas no encadeamento histórico dos fatores que determinam a dependência. Para superar o subdesenvolvimento, ele defendeu o planejamento macroeconômico e a intervenção estatal, além de argumentar que o mercado interno e a industrialização, conduzida por um critério social, geram desenvolvimento. Este artigo examinará a teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado e sua crítica ao liberalismo, bem como suas propostas para superar o subdesenvolvimento.

**Palavras-chave:** Economia. Subdesenvolvimento. Industrialização. Liberalismo.

### INTRODUÇÃO

2931

Celso Furtado foi um dos mais importantes e influentes intelectuais da história econômica do Brasil. Autor de dezenas de livros, ensaios e teses, contribuiu de forma decisiva para a interpretação das barreiras ao desenvolvimento no Brasil e na América Latina. Uma de suas obras, *Formação Econômica do Brasil* (1987), é considerada até os dias de hoje peça-chave para a análise socioeconômica brasileira.

Além desse, Furtado escreveu muitos outros livros importantes, incluindo *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1961), *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* (1967) e *O Mito do Desenvolvimento Econômico* (1974). Em suas obras, ele desenvolveu a teoria do subdesenvolvimento e criticou as disfunções da ideologia liberal em situações de subdesenvolvimento em economias primário-exportadoras, defendendo o planejamento macroeconômico e a intervenção estatal como meios para superar o subdesenvolvimento.

Furtado foi um dos primeiros economistas a trazer para o contexto brasileiro a concepção de planejamento macroeconômico, que foi primordial na elaboração do plano de

---

<sup>1</sup> Mestranda em Desenvolvimento e Políticas Públicas – UFFS Cerro Largo, RS. Especialista e Ciências Políticas e Docência do Ensino Superior pela FSG. UFFS

metas de Juscelino Kubitschek (JK). Ele também desempenhou um papel importante na criação da Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) e na formulação de políticas públicas para o desenvolvimento regional.

Esse artigo é resultado de uma pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico que busca teorizar de forma simples a influência de Keynes sobre as teorias de Furtado, as críticas do autor com relação ao liberalismo e as suas principais ideias com relação à formação econômica do Brasil e às desigualdades regionais.

Longe de uma crítica, esse material é fruto de um estudo apaixonado por entre os caminhos que levaram o autor a se tornar um dos maiores conhecedores da temática do subdesenvolvimento e suas implicações para os países periféricos. Assim, o que veremos aqui é uma breve apresentação do legado deixado por Furtado e a sua relevância aos estudiosos do desenvolvimento econômico e social não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina.

## A INFLUÊNCIA DE KEYNES

Para chegarmos às ideias de Celso Furtado, precisamos antes falar da imensa influência que as teorias do economista britânico *John Maynard Keynes* (1883-1946) exerceram sobre o autor. Assim, podemos dizer que o Keynesianismo é uma teoria político-econômica que defende a intervenção do Estado na organização econômica de um país. Segundo a professora de História Juliana Bezerra, em matéria publicada no site Toda Matéria (s.d.), o pensamento keynesiano afirma que o Estado deve oferecer benefícios sociais aos trabalhadores e intervir na economia sempre que necessário para evitar a retração econômica e garantir o pleno emprego. Essa teoria surgiu na década de 30 do século XX, num momento em que os sistemas capitalista e liberal passavam por crises de produção e desemprego.

Dessa maneira, o Keynesianismo passou a ser o oposto ao liberalismo econômico, pois o autor entendia que o mercado não seria capaz de se regular por si mesmo e que o Estado deveria participar na economia através de investimentos, empresas e regulando o comércio. Essa teoria levou ao surgimento do conceito de Bem-Estar Social.

O Estado de Bem-Estar Social, também conhecido como *Welfare State*, ficou conhecido como um modelo de gestão pública que se caracterizava pela intervenção do Estado na vida social e econômica. A professora Juliana Bezerra também destacou que o Estado interviria na economia para garantir oportunidades iguais para todos os cidadãos através da distribuição de renda e a prestação de serviços públicos como saúde e educação

(TODA MATÉRIA, s.d.). De acordo com o autor *Gosta Esping-Andersen*, o *Welfare State* representou um pilar para a reconstrução dos países atingidos pela crise e pela guerra:

O Welfare state, uma das marcas da "era dourada" de prosperidade do pós-guerra, significou mais do que um simples incremento das políticas sociais no mundo industrial desenvolvido. Em termos gerais, representou um esforço de reconstrução econômica, moral e política. Economicamente, significou um abandono da ortodoxia da pura lógica do mercado, em favor da exigência de extensão da segurança do emprego e dos ganhos como direitos de cidadania; moralmente, a defesa das ideias de justiça social, solidariedade e universalismo. Politicamente, o Welfare state foi parte de um projeto de construção nacional, a democracia liberal, contra o duplo perigo do fascismo e do bolchevismo (ESPING-ANDERSEN, 1995, p. 1).

Segundo *Esping- Andersen*, O Estado de Bem-estar social trouxe uma nova configuração para o governo em âmbito mundial. Ele representou um pacto entre a sociedade (incluindo empresários, partidos políticos, sindicatos e trabalhadores) e o governo nos níveis econômico, moral e político. Nesse pacto, os sindicatos, trabalhadores e partidos políticos renunciaram à busca do socialismo, enquanto os empresários concordaram em ceder parte de seus lucros através de tributação e melhores condições de trabalho. O governo ficou responsável por administrar esse pacto e implementar as políticas de bem-estar social.

Furtado, seguindo a tradição keynesiana, argumentou que o estabelecimento de sociedades mais justas estaria vinculado a atuações políticas conscientes no sentido de desenvolver uma ética do crescimento econômico, ou seja, um crescimento que contemplasse as melhorias na qualidade de vida das pessoas. O antiliberalismo de Furtado não se inclinava à tradição autoritária, ao contrário, produzia uma inédita percepção de necessidades democráticas para o projeto desenvolvimentista.

Ao adotar essa visão, Furtado passou a sustentar que o Estado desempenhasse um papel fundamental na condução do processo de desenvolvimento, defendendo a intervenção estatal direta na economia, a fim de corrigir as distorções e desigualdades geradas pelo livre mercado. Isso incluía políticas como investimentos em infraestrutura, educação, saúde e programas de distribuição de renda. A economista e doutoranda em Desenvolvimento Econômico na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), *Juliane Furno*, em entrevista à revista *Brasil de Fato*, explica que Furtado não só fez o diagnóstico do problema, mas propôs alternativas.

Como o subdesenvolvimento é uma condição estrutural, para rompê-lo são necessárias transformações muito significativas na sociedade. Para Furtado, não era um problema apenas de planejamento econômico ou de técnicas econômicas, mas um problema fundamentalmente político. Enfrentá-lo requer uma postura, uma vontade política nacional de empreender transformações estruturais na realidade brasileira. (FURNO, 2020)

Essa perspectiva antiliberal de Furtado estava intrinsecamente ligada à sua visão democrática do desenvolvimento. Para ele, as necessidades democráticas não se limitavam apenas à participação política, mas também à garantia de condições básicas de vida para todos os cidadãos. Ele via o desenvolvimento como um processo inclusivo, que deveria promover a justiça social, reduzir as desigualdades e proporcionar oportunidades iguais para todos.

Dessa forma, essa crítica ao liberalismo contribuiu para uma percepção inédita de necessidades democráticas no projeto desenvolvimentista. Ele enfatizou a importância de uma abordagem mais abrangente do desenvolvimento, que levasse em consideração não apenas o crescimento econômico, mas também a promoção da igualdade social, a participação popular e o respeito aos direitos humanos. Essa visão mais democrática do desenvolvimento se contrapôs à abordagem liberal clássica, que tendia a priorizar o livre mercado e a acumulação de riqueza em detrimento da inclusão social e da justiça distributiva, alinhando-se ainda mais às teorias propostas por *John Maynard Keynes* (1883-1946).

## CELSO FURTADO E O SUBDESENVOLVIMENTO

2934

Na sua obra "O Mito do Desenvolvimento Econômico" (1974), Celso Furtado apresenta uma crítica ao modelo predominante de desenvolvimento pós-guerra, argumentando que nem todas as economias capitalistas podem alcançar o padrão de desenvolvimento considerado ideal, baseado no modelo dos Estados Unidos. O autor destaca que o desenvolvimento econômico depende das características específicas de cada país e que a disponibilidade limitada de recursos naturais torna impossível atingir esse padrão de consumo generalizado.

Ao longo do livro, Furtado explora o processo de subdesenvolvimento nas periferias do sistema capitalista, utilizando uma abordagem cultural para explicar essa realidade. Ele inicia distinguindo a cultura capitalista dos países centrais da cultura dos países periféricos. Segundo o autor, o processo de colonização e a subsequente inserção das ex-colônias no comércio internacional por parte das nações mais desenvolvidas criaram estruturas que perpetuam o subdesenvolvimento nessas regiões.

O que cria a diferença fundamental e dá origem à linha divisória entre desenvolvimento e subdesenvolvimento é a orientação dada à utilização do excedente engendrado pelo incremento de produtividade. A atividade industrial tende a concentrar grande parte do excedente em poucas mãos e a conservá-lo sob

o controle do grupo social diretamente comprometido com o processo produtivo. Por outro lado, como o capital invertido na indústria está sendo constantemente renovado, a porta fica permanentemente aberta para a introdução de inovações. Dessa forma, um sistema industrial tende a crescer por suas próprias forças, a menos seja submetido a insuficiência de demanda efetiva. (FURTADO, 1974, pg. 24)

Furtado argumenta que o desenvolvimento está estreitamente ligado ao processo de modernização, que engloba a produção e a inovação tecnológica. Foi por meio desse processo que as nações centrais alcançaram seu crescimento econômico. No entanto, a periferia foi privada dessa capacidade devido à forma como foi integrada ao mercado mundial. A infraestrutura instalada nas ex-colônias foi projetada para escoar a produção, não para promover a interligação das diversas regiões desses países.

Mesmo após o fim da colonização, as ex-colônias continuaram sendo grandes centros de produção primária, fornecendo matérias-primas para os países ricos, enquanto importavam produtos manufaturados. A industrialização tardia ocorreu através do processo de substituição de importações, no qual esses países buscavam produzir internamente os bens que antes eram importados. No entanto, a produção resultante era voltada para as massas e competia com a produção artesanal.

Inclusive, Celso Furtado defendeu veementemente a industrialização como uma solução fundamental para superar o subdesenvolvimento nos países periféricos. Ele acreditava que esse processo permitiria o desenvolvimento autônomo das capacidades produtivas e tecnológicas desses países, reduzindo sua dependência em relação às nações centrais e impulsionando o crescimento econômico sustentável. O autor escreveu:

2935

Sobra dizer que a industrialização que atualmente se realiza na periferia sob o controle das grandes empresas é processo qualitativamente distinto da industrialização que, em etapa anterior, conheceram os países cêntricos e, ainda mais, da que nestes prossegue no presente. O dinamismo econômico no centro sistema decorre do fluxo de novos produtos e da elevação dos salários reais que permite a expansão do consumo de massa. Em contraste, o capitalismo periférico engendra o mimetismo cultural e requer permanente concentração da renda a fim de que as minorias possam reproduzir as formas de consumo dos países cêntricos. Esse ponto é fundamental para o conhecimento da estrutura global do sistema capitalista. Enquanto no capitalismo cêntrico a acumulação de capital avançou, no correr do último século, com inegável estabilidade na repartição de renda, funcional como social, no capitalismo periférico a industrialização vem provocando crescente concentração. (FURTADO, 1974, pg. 44)

Para alcançar esse objetivo, Furtado destacou a importância de implementar políticas públicas direcionadas à promoção da industrialização e ao fomento do desenvolvimento tecnológico. Ele enfatizou que os governos deveriam investir significativamente em áreas

cruciais, como educação, pesquisa e desenvolvimento, e infraestrutura, para apoiar o crescimento do setor industrial nacional.

Outro ponto destacado por Furtado foi a necessidade de políticas comerciais que protegessem as indústrias nascentes da competição estrangeira. Ele argumentou que, inicialmente, os países periféricos precisavam de proteção e espaço para desenvolver suas próprias capacidades produtivas e tecnológicas antes de poderem competir de forma equitativa com as nações centrais.

Além disso, Furtado também defendeu políticas públicas voltadas à redução das desigualdades regionais e sociais. Ele identificava o desequilíbrio na distribuição de renda e recursos como um fator subjacente ao subdesenvolvimento. Portanto, ele propunha medidas de redistribuição de renda e investimentos em setores negligenciados para promover uma maior equidade social e impulsionar o desenvolvimento econômico mais abrangente. O professor de História Econômica e Economia Brasileira do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo (USP), Alexandre de Freitas Barbosa, em entrevista à revista *Brasil de Fato*, diz:

O objetivo dele é, a partir do pensamento, interferir no processo de construção da nação. A todo momento, ele está revendo sua posição e as engrenagens mais amplas de funcionamento do desenvolvimento do Brasil, do mundo, da América Latina e do Nordeste. (BARBOSA, 2020)

2936

Em síntese, o autor via a industrialização como uma ferramenta crucial para o desenvolvimento dos países periféricos. Essa estratégia envolvia o fortalecimento das capacidades produtivas e tecnológicas nacionais, o apoio a indústrias emergentes através de políticas específicas e o combate às desigualdades socioeconômicas para alcançar um crescimento econômico sustentável e equitativo.

Outra questão abordada por Furtado refere-se à colonização cultural, que ocorre quando as elites locais adotam os valores e práticas dos países centrais, mantendo assim a exploração das classes dominadas. Além disso, ele destaca como os grupos do centro capitalista controlam a economia internacional, estabelecendo um fluxo de intercâmbio desigual entre o centro e a periferia. Mesmo quando a produção ocorre na periferia, a estrutura comercial faz com que os excedentes permaneçam nos países ricos.

O livro de Celso Furtado representa uma análise crítica do modelo de desenvolvimento econômico predominante e suas implicações para os países periféricos. Ele argumenta que o modelo baseado no consumo em massa não é sustentável nem alcançável por todas as economias capitalistas. Em vez disso, Furtado defende a necessidade de um

novo modelo de desenvolvimento que leve em consideração as características específicas de cada país e seus recursos naturais. Ele também enfatiza a importância da cultura e da produção tecnológica para o desenvolvimento econômico e destaca como a periferia foi privada dessa capacidade devido às estruturas impostas pelo sistema mundial.

## UM OLHAR SOBRE O BRASIL

A contribuição de Celso Furtado para o estudo do subdesenvolvimento e suas implicações nos países periféricos é amplamente reconhecida. Sua obra é considerada um patrimônio da cultura brasileira e continua a inspirar economistas e intelectuais. Diversos autores, inclusive, destacam a originalidade e relevância do pensamento de Furtado. Ex-presidente do BNDES, o professor Luciano Coutinho referiu-se a Furtado como “gênio a serviço do desenvolvimento”. Em seu comentário, abordou as reflexões do economista acerca da subordinação da “periferia ao centro”. Ou seja, a dependência das economias periféricas em relação às desenvolvidas. E citou a experiência de Furtado como diretor da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). (RBA, 2020)

Para o professor e ex-ministro Luiz Gonzaga Belluzzo, em entrevista à Rede Brasil Atual (2020), Celso Furtado não era apenas um economista, mas um pensador que se preocupava com os "valores estruturais" da sociedade brasileira, inclusive voltado para o futuro. Belluzzo destaca que Furtado seria considerado "um ser um tanto estranho" na atual comunidade econômica, que muitas vezes adota uma visão reducionista.

Ao contrário do pensamento contemporâneo restrito, Furtado possuía uma amplitude de concepções e visões, buscando análises integradas. Ele gostava de examinar as coisas em sua totalidade, compreendendo seu movimento e sua constituição, além de considerar sua evolução ao longo do tempo. Furtado buscava integrar todas as dimensões da vida social em suas análises, segundo a avaliação de Belluzzo. (RBA, 2020)

Essa perspectiva ampla e integradora de Furtado o destacou como um intelectual único, capaz de ir além das abordagens economicistas convencionais. Sua preocupação com os valores sociais e seu olhar para o futuro permitiram uma compreensão mais profunda dos desafios enfrentados pelo Brasil e contribuíram para sua relevância contínua como pensador e referência intelectual.

A perspectiva de Furtado sobre o subdesenvolvimento e sua ênfase na intervenção estatal como forma de promover o desenvolvimento econômico são elementos que ainda suscitam debates e reflexões. Sua análise da formação econômica do Brasil, levando em

conta fatores históricos, estruturais e sociais, permitiu uma compreensão mais abrangente dos desafios enfrentados pelo país.

Em seu livro *Formação Econômica do Brasil* (1987), Celso Furtado apresenta uma análise detalhada da evolução da economia brasileira desde a época colonial até o início do processo de industrialização. Nessa obra, Furtado destaca diversos aspectos que moldaram a economia brasileira ao longo da história.

Durante o período colonial, a economia brasileira baseou-se na exploração de recursos naturais, como o pau-brasil, o açúcar e o ouro. Furtado argumenta que essas atividades econômicas estavam sob o controle dos colonizadores portugueses, que visavam extrair o máximo de riquezas do território brasileiro para enviá-las à metrópole. A escravidão também desempenhou um papel significativo na economia, com a utilização dos africanos como mão de obra nas plantações e nas minas. Escreveu o autor:

A indústria açucareira, no decênio que antecedeu a abolição, havia passado por importantes transformações técnicas, beneficiando-se de vultosas inversões de capital estrangeiro, sob os auspícios do governo central. Sem embargo, o último decênio do século se caracteriza por modificações fundamentais no mercado mundial do açúcar, como consequência da libertação política de Cuba. Inversões maciças de capitais norte-americanos foram feitas na indústria açucareira dessa ilha, a qual passou a gozar de uma situação de privilégio no mercado dos EUA. Tanto as inovações técnicas como as dificuldades de exportação contribuíram para reduzir a procura de mão-de-obra. Destarte, a contração da oferta, provocada pela abolição da escravatura, não chegou a ter consequências graves sobre a utilização dos recursos e muito provavelmente não provocou qualquer modificação sensível na distribuição da renda. (FURTADO, 1987, p. 141)

A agricultura de exportação também desempenhou um papel importante na formação da economia brasileira. Durante os períodos colonial e imperial, o Brasil se destacou como grande exportador de produtos agrícolas, como açúcar, café e borracha. Essas atividades econômicas geraram riquezas para os proprietários de terras e comerciantes, mas também contribuíram para a concentração de renda e a desigualdade social.

Furtado ressalta que o subdesenvolvimento é resultado de um processo histórico de dominação e dependência dos países subdesenvolvidos pelos países desenvolvidos. Durante o período colonial, as colônias forneciam matérias-primas às metrópoles e dependiam delas para adquirir produtos manufaturados. Mesmo após a independência, essa relação desigual persistiu, impedindo o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos. Para superar o subdesenvolvimento, o autor passa a defender a intervenção estatal como necessária. Ele enfatiza a importância de políticas como a industrialização e a reforma agrária para promover o desenvolvimento econômico. A industrialização reduziria a

dependência dos países subdesenvolvidos em relação aos países desenvolvidos, criando empregos e gerando renda. A reforma agrária, por sua vez, contribuiria para diminuir as desigualdades sociais e impulsionar o desenvolvimento rural.

Também é destaque nas obras de Celso Furtado os desequilíbrios regionais e sociais que marcaram a economia brasileira ao longo do tempo. Algumas regiões se desenvolveram mais do que outras devido à concentração de atividades econômicas em determinadas áreas. Além disso, a desigualdade social foi uma característica marcante, com uma elite detendo a maior parte da riqueza enquanto a maioria da população vivia na pobreza.

Outro aspecto relevante mencionado pelo autor é a ocorrência de ciclos de crescimento e estagnação na economia brasileira. Momentos de expansão econômica eram seguidos por crises e recessões, tanto por fatores externos quanto internos. Esses ciclos de crescimento e estagnação na economia brasileira, mencionados pelo autor, têm raízes históricas profundas e continuam a exercer influência sobre a economia do país até os dias de hoje. Durante o período colonial e imperial, a economia brasileira baseou-se em atividades como a agricultura de exportação, cuja produção de *commodities* como açúcar, café e borracha gerava períodos de crescimento econômico. No entanto, esses momentos de prosperidade eram frequentemente interrompidos por crises externas, como quedas nos preços internacionais das *commodities*, e também por crises internas, como a crise do café na década de 1930. Sobre esse assunto, o autor escreveu:

A forma como a agricultura se adapta a essa economia de mercado duplo é em parte responsável pela instabilidade crônica da economia brasileira. Ao manifestar-se uma alta nos preços de exportação, os fatores tendem a desviar-se do setor interno para o externo. Assim, ao mesmo tempo em que a renda dos consumidores está crescendo, a oferta de produtos agrícolas dentro do país tende a contrair-se por efeito daquele deslocamento de fatores. Como as inversões ligadas ao setor externo exigem, no caso do café, um período de três a cinco anos para madurar, aquela transferência de fatores poderá continuar por algum tempo sem que tenha qualquer efeito sobre a oferta externa. Enquanto se mantiver elevado relativamente o nível dos preços de exportação, haverá tendência à transferência de fatores para o setor externo. Ao madurarem as inversões nesse setor, criarse muitas vezes uma situação de superprodução. A essa altura os preços do mercado interno possivelmente já terão subido suficientemente para nivelar-se aos de exportação. Ao caírem estes, tem início um processo inverso de transferência de fatores, aumentando a produção para o mercado interno na etapa em que se comprime a renda dos consumidores. Existe, assim, no setor primário da economia brasileira um mecanismo de ampliação dos desequilíbrios provenientes do exterior. Essa observação põe mais uma vez em evidência as enormes dificuldades com que depara uma economia como a brasileira para lograr um mínimo de estabilidade no seu nível geral de preços. Pretender alcançar essa estabilidade, sem ter em conta a natureza e as dimensões do problema, pode ser totalmente contraproducente do ponto de vista do crescimento da economia. E numa economia de grandes potencialidades e de baixo grau de desenvolvimento, a última coisa a sacrificar deve ser o ritmo de seu crescimento. (FURTADO, 1987, p. 217)

Esses ciclos de crescimento e estagnação têm impacto significativo na economia e na sociedade brasileira. As crises econômicas afetam negativamente a geração de empregos, o nível de renda da população e o desenvolvimento de setores-chave da economia. Além disso, a instabilidade econômica e a falta de crescimento consistente dificultam o planejamento de longo prazo e a tomada de decisões estratégicas por parte de empresas e investidores.

Para superar os desafios decorrentes desses ciclos, Furtado propõe adotar medidas que promovam um desenvolvimento econômico mais sustentável e resiliente. Isso implica em diversificar a estrutura produtiva, reduzir a dependência de *commodities* e fortalecer setores de maior valor agregado. Também é fundamental investir em infraestrutura, educação e inovação tecnológica, além de promover políticas públicas que incentivem o empreendedorismo e a criação de empregos.

Além disso, é preciso estar atento aos desequilíbrios regionais e sociais que são agravados durante os períodos de crise. A desigualdade de renda e as disparidades regionais são questões que demandam atenção e políticas públicas direcionadas para promover uma distribuição mais justa dos benefícios do desenvolvimento econômico.

A obra é uma análise detalhada e rigorosa da história econômica do Brasil, e suas ideias continuam sendo relevantes e inspiradoras para entender a economia brasileira e as raízes do subdesenvolvimento. A compreensão desses ciclos e a busca por medidas que promovam um desenvolvimento econômico mais equilibrado e sustentável são fundamentais para superar os desafios econômicos e sociais do Brasil. É preciso adotar uma abordagem integrada, considerando não apenas fatores econômicos, mas também aspectos sociais, regionais e estruturais, a fim de construir um futuro mais próspero e resiliente para o país.

## **DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA ANÁLISE À LUZ DAS CONTRIBUIÇÕES DE CELSO FURTADO E DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA**

O Brasil é um país de dimensões continentais, marcado por profundas desigualdades regionais que afetam diferentes áreas do território nacional. Nesse contexto, a região de Cerro Largo, localizada no estado do Rio Grande do Sul, não está imune aos desafios enfrentados por muitas outras regiões periféricas do país. A análise dos desequilíbrios regionais, à luz das teorias e conceitos desenvolvidos por Celso Furtado, revela importantes reflexões sobre o desenvolvimento econômico regional e social no país.

Cerro Largo, situado na região Noroeste do Rio Grande do Sul, é caracterizado principalmente por sua economia agrícola, com destaque para a produção de grãos como soja, arroz e milho. Essa dependência de atividades agrícolas pode tornar a região suscetível às flutuações nos preços internacionais desses produtos, afetando diretamente a renda e a qualidade de vida dos agricultores locais. Além disso, a concentração econômica em setores específicos pode gerar desequilíbrios regionais, com áreas mais desenvolvidas concentrando a maior parte da riqueza e das oportunidades econômicas.

Nesse contexto, a Teoria da Dependência oferece *insights* importantes para entender os desafios enfrentados por regiões como a abordada nesse tópico. Essa teoria, desenvolvida por intelectuais latino-americanos como Raúl Prebisch (1901 - 1986), destacado intelectual da CEPAL, e Fernando Henrique Cardoso (1931), professor, sociólogo, cientista político, escritor e político brasileiro, argumenta que a estrutura econômica e social dos países periféricos é determinada pela sua relação de dependência com os países centrais, que controlam a economia global.

Em Cerro Largo, a dependência de *commodities* agrícolas e o modelo de exportação voltado para atender às demandas dos países desenvolvidos podem limitar o crescimento econômico da região, perpetuando sua posição periférica no contexto nacional e internacional. Simonsen, no livro *História Econômica do Brasil*, destacou:

Essa dinâmica de dependência do mercado externo ocorre desde o início do processo de colonização predatório do Brasil colônia, quando o país serviu como fornecedor de matérias-primas para o mercado internacional. As políticas econômicas sempre visavam atender o mercado externo e, assim, eram estruturadas internamente. A primeira forma conhecida de exportação se deu com o pau brasil, poucos anos após a chegada dos portugueses no continente americano. Embora, em um primeiro momento, não houvesse relevância para os portugueses, dado que o interesse econômico principal era a comercialização de especiarias da Índia que lhe proporcionaram grande lucratividade. (...) essa dependência se perpetuou ao longo da história econômica do Brasil, indo além da exploração do pau brasil, passando pelos ciclos da cana-de-açúcar, da mineração, do algodão, do café, da borracha, até chegar aos tempos atuais, com o ciclo das *commodities* (SIMONSEN, 2005, s.p.)

Além disso, a Teoria da Dependência alerta para os desafios de industrialização enfrentados pelas regiões periféricas. A concentração de atividades econômicas em áreas metropolitanas e o predomínio de empresas estrangeiras podem dificultar o desenvolvimento industrial em áreas mais distantes do centro econômico do país, como é o caso de Cerro Largo.

De fato, a análise das desigualdades sociais não se limita apenas ao município de Cerro Largo, mas se estende a toda a região em que ele está inserido. As disparidades socioeconômicas existentes nessa área podem ser compreendidas e explicadas através da perspectiva teórica da Dependência, que destaca a relação entre os países periféricos e centrais, e como isso pode influenciar o desenvolvimento regional.

A Teoria da Dependência argumenta que as economias periféricas, como o Brasil e suas regiões, são estruturalmente dependentes das economias centrais e mais desenvolvidas. Isso significa que as regiões periféricas têm uma participação desproporcional na economia global, muitas vezes exportando *commodities* e produtos de baixo valor agregado, enquanto importam bens manufaturados e tecnologia com alto valor agregado.

Contudo, Furtado aponta a necessidade de construir uma política de desenvolvimento, assim expressa: “A superação do impasse com que nos defrontamos requer que a política de desenvolvimento conduza a uma crescente homogeneização de nossa sociedade, e abra espaço para a realização das potencialidades de nossa cultura” (FURTADO, 2000, p. 36). Requer, portanto, deparar com grande desafio, dado que existe um sistema de poder e de domínio do capital que reproduz as condições do subdesenvolvimento. Essa, com certeza não é tarefa fácil. Exige-se uma nova forma de exercício de poder e requer organização, coordenação e controle pelos centros de decisão, que permita aflorar a criatividade da sociedade. Novamente, a presença do Estado é fundamental, alargando o horizonte de possibilidades de mudanças, criando condições desenvolvimentistas em linha com as aspirações nacionais. Nessa perspectiva, Brandão (2012) aponta que o Estado deve estabelecer estímulos à promoção da identidade, diversidade, diferenciação e variedade, advindos de participação cidadã em arenas de interesses voltadas a discutir caminhos de uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna (CARIO, GOMES E SIGAÚQUE, 2019, p. 88).

No contexto de Cerro Largo e sua região, essa dependência pode ser observada na concentração de atividades econômicas específicas, como a produção agrícola de grãos, que muitas vezes são voltados para a exportação para atender às demandas dos países centrais. Essa especialização econômica pode limitar as oportunidades de emprego e renda para toda a população, já que as atividades agrícolas tendem a ser intensivas em capital e podem não gerar empregos em quantidade suficiente para absorver toda a mão de obra disponível.

A concentração de renda e riqueza em poucas mãos também é uma característica marcante da Teoria da Dependência nas regiões periféricas. Em muitos casos, a exploração

intensiva de recursos naturais e a presença de empresas estrangeiras dominantes podem resultar em uma distribuição desigual dos benefícios econômicos gerados pela atividade econômica. Isso pode levar a um ciclo de desigualdade, onde poucos se beneficiam do crescimento econômico, enquanto a maioria enfrenta condições precárias e falta de oportunidades. Num recorte do artigo “A teoria da dependência nas perspectivas de Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini”, os autores Cario, Gomes e Sigauque (2019) destacam um texto de Mariani:

Segundo Marini (1973), as regiões periféricas do sistema capitalista global, no âmbito do intercâmbio desigual, não buscam corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas; mas compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional, por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador. Tais desequilíbrios resultam do fato de a inserção dos países dependentes na economia capitalista, responder às exigências que colocam os países capitalistas, de obtenção de mais-valia relativa. Por isso, a mais-valia relativa estava ligada, indissolúvelmente, à desvalorização dos bens-salário e não à produtividade do trabalho (MARIANI, 2000).

Outro aspecto relevante é a vulnerabilidade da economia regional aos choques externos, como variações nos preços internacionais de *commodities*, que podem impactar significativamente o bem-estar da população local. A dependência excessiva de atividades econômicas específicas pode tornar a região mais suscetível a essas flutuações, aumentando a instabilidade econômica e social.

2943

Nesse contexto, a análise da região de Cerro Largo à luz da Teoria da Dependência reforça a importância de se buscar um desenvolvimento mais equilibrado e diversificado, com políticas que valorizem as potencialidades locais e promovam a justiça social. A diversificação econômica, a industrialização regional, o investimento em infraestrutura e o desenvolvimento humano são elementos fundamentais para reduzir as desigualdades sociais e criar uma base econômica mais resiliente e sustentável. Além disso, a promoção de parcerias e acordos comerciais mais equitativos com os países centrais pode permitir uma maior inserção da região de Cerro Largo na economia global, reduzindo sua vulnerabilidade às flutuações do mercado internacional.

Registre-se que a Teoria da Dependência fornece um arcabouço teórico útil para analisar as desigualdades sociais existentes na região de Cerro Largo e identificar estratégias para superar esses desafios. A busca por um desenvolvimento mais inclusivo, diversificado e sustentável é fundamental para promover a justiça social e melhorar as condições de vida da população local.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obra e o legado de Celso Furtado na economia são de extrema importância e relevância para os estudiosos e para a compreensão do desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Sua abordagem abrangente, que considerava não apenas os aspectos econômicos, mas também os valores estruturais e as dimensões sociais, fez dele um pensador único e indispensável.

Furtado foi capaz de transcender a visão reducionista e estreita que muitas vezes prevalece na comunidade econômica contemporânea. Sua amplitude de concepções e visões, aliada à análise integrada e ao entendimento do movimento e evolução das sociedades, permitiu uma compreensão mais profunda das complexidades do subdesenvolvimento e das implicações para os países periféricos.

Além disso, Furtado foi um dos primeiros a destacar a importância dos ciclos de crescimento e estagnação na economia brasileira, reconhecendo a influência histórica profunda desses padrões. Sua análise crítica desses ciclos e sua defesa por medidas que promovam um desenvolvimento mais sustentável e equilibrado continua a ser relevantes e necessárias para enfrentar os desafios econômicos e sociais do Brasil.

A influência de Furtado não se limita apenas aos economistas, mas se estende a diversos campos do conhecimento. Sua obra é considerada um patrimônio da cultura brasileira, e sua visão abrangente e perspicaz continua a inspirar economistas, intelectuais e formuladores de políticas públicas. Seu legado é um convite para uma reflexão mais profunda sobre os problemas estruturais da sociedade brasileira e para a busca de soluções inovadoras e inclusivas.

Registre-se que Celso Furtado foi um pensador notável e uma referência imprescindível no estudo do desenvolvimento econômico e social. Sua capacidade de analisar as questões de forma integrada, sua visão de longo prazo e seu compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e próspera tornam sua obra e seu pensamento indispensáveis para o entendimento e a transformação da realidade brasileira. O seu legado continua a ecoar nos debates acadêmicos, nas políticas públicas e na busca incessante por um desenvolvimento sustentável e equitativo para o Brasil.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, Assilio L. Z. O Enfoque Transdisciplinar de Celso Furtado Acerca do desenvolvimento Econômico. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiro**. São Paulo, 2022.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/jW35rdnT3phSykXrnYSp7Mc/#> Acesso em 29 jun. 2023.

BEZERRA, Juliana. Keynesianismo. **Toda Matéria**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/keynesianismo/> Acesso em 24 jul. 2023.

BEZERRA, Juliana. Estado de Bem-Estar Social. **Toda Matéria**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/estado-de-bem-estar-social/> Acesso em: 24 jul. 2023

CARIO, Silvio A. F., GOMES, Márcio G., SIGAÚQUE, Eduardo S. A teoria da dependência nas perspectivas de Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini. **Revista Catarinense de Economia** – Vol. 3 N. 2 – 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/Leandro/Downloads/76-Texto%20do%20artigo-160-1-10-20201213.pdf> Acesso em 24 Jul. 2023.

ESPING-ANDERSEN, G. **O futuro do welfare state na nova ordem mundial**. Lua Nova, n. 35, 73-111. 1995.

FERRAZ, Carlos Alberto Leitão. A dependência brasileira das exportações de commodities e sua reprodução no oeste da Bahia. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano. 07, Ed. 12, Vol. 07, pp. 148-167. Dezembro de 2022. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/agronomia/exportacoes-de-commodities> Acesso em 24 jul. 2023.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. 1961.

2945

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 22<sup>a</sup> ed., 1987.

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1974.

FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Editora Nacional, 1967.

LINS, Luiza C. O., MARIN, Solange R. **Atualidade do pensamento de Celso Furtado na avaliação do desenvolvimento social da América Latina**. CEPAL. Nações Unidas, março de 2014. Disponível em: <https://www.cepal.org/sites/default/files/publication/files/36657/S2014> Acesso em 03 jul. 2023.

MARTINS, José R., SANTOS, Marcelo S. Análise do estado de Bem-Estar Social sob a Ótica Keynesiana: Seu Desenvolvimento, Ascensão e Enfraquecimento. **Revista Economia Política do Desenvolvimento**. Maceió, 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/Leandro/Downloads/11669-Texto%20do%20Artigo-49452-3-10-20211025.pdf> Acesso em 02 jul. 2023.

NUZZI, Vitor. Economistas lançam livro sobre Celso Furtado contra ‘apequenamento’ do pensamento atual. **Rede Brasil Atual**. São Paulo, 2020. Disponível em:

<https://www.redebrasilatual.com.br/economia/livro-celso-furtado-a-pequeno-pensamento/> Acesso em 28 jun. 2023.

OLIVEIRA, Alanna S., NASCIMENTO, Carlos Alves. Subdesenvolvimento Brasileiro à Luz de Celso Furtado: uma “radiografia” da estrutura distributiva de renda no país. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiro**. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/PPgwsSTV9ym8tkTXNKKtbsN/abstract/?lang=pt#> Acesso em 03 jul. 2023.

PINTO, Gustavo L. H., CEPÊDA, Vera Alves. A teoria do Subdesenvolvimento e o Projeto Desenvolvimentista de Celso Furtado: Reflexões sobre os Limites do Liberalismo. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiro**. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rieb/a/YB7DQ6HTQfjXtF9bDJZGB8N#> Acesso em 28 jun. 2023.

SIMONSEN, Roberto Cochrane. **História econômica do Brasil: 1500 – 1820**. Curso professorado na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. 4ª edição. Brasília: Edições do Senado Federal, 2005. Vol. 3.

SOUZA, Marina Duarte. Celso Furtado, 100 anos: base para se pensar um novo projeto de país. **Brasil de Fato**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/26/celso-furtado-economia-e-superacao-do-subdesenvolvimento-na-pratica> Acesso em 04 jul. 2023.

\_\_\_\_\_. Economistas e sociólogo destacam contribuição de Celso Furtado ao país. **Agência Brasil de Comunicação**. Brasília, 2003.